Lincoln Secco

HISTÓRIA DO PT
1978-2010

Ateliê Editorial

1ª edição – 2011
2ª edição – 2011
3ª edição – 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Secco, Lincoln
História do PT 1978-2010 / Lincoln Secco. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

Bibliografia

ISBN 978-85-7480-557-3

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil) – História I. Título.

11-07646 CDD-324.21070981

Índices para catálogo sistemático:

1. Partido dos Trabalhadores: Brasil: História 324.21070981
2. PT: Brasil: História 324.21070981

Direitos reservados à
Ateliê Editorial
Estrada da Aldeia de Carapicuíba, 897
06709-300 – Granja Viana – Cotia – SP
Telefax: (11) 4612-9666
www.atelie.com.br / contato@atelie.com.br

2012

Printed in Brazil
Foi feito o depósito legal

Para Maria Reisewitz

vitória, deixou a Lula o poder do encanto das multidões. Mas pela primeira vez a sua liderança era contestada por alguns que viam na insistência dele indícios de cansaço.

Não seria a primeira vez. Já em 1981, quando Lula foi preso, especulava-se que "sua carreira política pode ser truncada"[87]. Depois de cada derrota (especialmente após a de 1994) as contestações se avolumavam.

José Eduardo Dutra (PT-SE) declarou que o PT não precisava ter candidato próprio novamente à presidência; o prefeito do Recife, João Paulo, aconselhou Lula a não ser candidato e o próprio José Dirceu disse que o PT tinha outras lideranças para lançar, como Suplicy, Genoíno, Mercadante, Cristovam Buarque e Olívio Dutra[88].

Cristovam Buarque (que viria a ser Ministro da Educação de Lula em 2002 e, depois, sairia do governo e do partido) já havia tentado ser o candidato em 1998. Diante da insistência de Lula ele desistiu afirmando que não concorria com um mito e Eduardo Suplicy obrigou Lula a se expor numa prévia interna para as eleições de 2002. Ao fim era mesmo Lula.

87. *Veja*, 4 de março de 1981, p. 49.
88. Alberto C. Almeida, *Por que Lula?*, São Paulo, Record, 2006, p. 119.

4. Partido de Governo (2002-2010)

Qualquer passo em frente, qualquer progresso real, vale mais do que uma dúzia de programas.
KARL MARX, *Crítica do Programa de Gotha*, 1875.

Evidentemente, Marx escreveu a epígrafe acima para um partido muito diferente e que adotava o chamado "socialismo científico alemão". O PT não precisou romper com uma "ideologia marxista", já que nunca teve uma. Mas o *aggiornamento* do PT era condição prévia para que Lula continuasse sua busca pela presidência. Ele não queria esbarrar de novo nos 30% de apoio eleitoral histórico do partido. Antes de buscar alianças à direita era preciso enquadrar definitivamente os quadros, domesticando os grupos de esquerda que não concordassem com a mudança.

Entretanto, a transformação nunca se deu de modo abrupto. Nem a regulamentação do direito de tendências feita outrora ou a moderação ideológica do I Congresso lograram fazê-lo. José Dirceu conduziu com maestria (reconheceram os seus adversários internos) um processo *molecular* de centralização do PT e que em parte provinha das bases, sindicatos, prefeituras e parlamentares de todos os níveis.

Talvez por isso Perry Anderson o definisse como "o arquiteto do moderno PT e estrategista da vitória de Lula"[1]. O que importa é sem que a capacidade de direção e o punho forte de Dirceu nas decisões mais difíceis (como a intervenção para obrigar o PT fluminense a apoiar Garotinho a fim de viabilizar a aliança com o PDT em 1998) o PT não teria chegado à vitória em 2002.

Lula reconheceu isto ao dizer que Dirceu teria o cargo que quisesse em seu governo. José Dirceu, como já havia dito no início dos anos noventa, levava o PT a ferro e fogo para assumir-se como partido social democrata, reformista e aberto a um amplo arco de alianças político-eleitorais. Seus métodos eram vistos como autoritários pela esquerda do partido e como eficientes pela maioria. Mas de toda maneira se alguém foi o maior responsável por obrigar o PT a fazer o seu *aggiornamento* foi ele.

Entre erros e acertos Dirceu e Lula se empenharam em consolidar alianças muito mais amplas como forma de levar um PT já integrado à Ordem ao poder político de fato. A política como *tour de force* muitas vezes afastava alianças. Leonel Brizola, por exemplo, passou a atacar Lula em 2000. Isto criava obstáculos às alianças locais e à futura aliança presidencial. Dirceu chegou mesmo a fazer um discurso em resposta a Brizola na Câmara dos Deputados[2]. Por outro lado, as lutas com a direita chegavam ao limite. Dirceu associou o PFL ao narcotráfico, por exemplo, e depois pediu desculpas por isso[3]. Como veremos depois, a resposta do PFL viria mais tarde. E sem desculpas.

1. P. Anderson, "Lula's Brazil", *London Review of Books*, março de 2011.

Um "homem forte" assim só podia ser alçado à condição de primeiro ministro oficioso e se tornaria o alvo predileto dos inimigos do PT. Sem discutir sua habilidade política, há que lembrar as condições materiais que a tornaram possível. Os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso foram a despeito do pensamento do presidente (ou ao menos de seus discursos) o triunfo do neoliberalismo entre nós. Na oposição dentro da ordem e com o recuo dos movimentos sociais, o PT viu descortinar-se definitivamente diante de si a via eleitoral como o único caminho. Assim, o que confere importância e unidade ao período entre 1994 e 2002 é uma transformação do PT que nunca foi ratificada por um Encontro ou um Congresso. Ela foi lenta. Em termos gramscianos tratou-se de um *transformismo*.

A Carta ao Povo Brasileiro

Eric Hobsbawm afirmou que as oposições não costumam vencer apenas por mérito próprio. No geral, é o

2. José Dirceu, *Repensar o Brasil*, Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, p. 91.
3. *Idem*, p. 99.

fracasso dos governos que garante sua vitória. Essa inversão aqui apontada foi decisiva para explicar o porquê o Governo Lula, apesar do apoio massivo dos trabalhadores e dos avanços que suscitou, ficou tão aquém de suas tarefas históricas. É que a esquerda ganhou parte do poder, mas perdeu a hegemonia para os "ideólogos dos mercados financeiros". Como dizia um documento do Instituto Cajamar, a dominação econômica pelos trabalhadores não pode ser alcançada sem "a hegemonia ideológica e política" previamente conquistada[4]. Ou ainda nas palavras de Emir Sader, "quando a esquerda chegou ao governo central no Brasil ela já havia perdido a batalha das ideias"[5]. Um ciclo de derrotas sociais seria coroado por uma vitória eleitoral.

Nesta trajetória, o PT fez seu *aggiornamento* político esforçando-se para demonstrar respeito às instituições vigentes. Faltava o econômico: a conversão à economia de mercado *sans phrase*, ou seja, sem ornamentos verbais.

O PT já se comprometia oficialmente com o mercado e os contratos há algum tempo. Num Encontro Estadual do PT paulista na cidade de Serra Negra (SP) nos anos noventa Aloísio Mercadante foi à tribuna para atacar a proposta de suspensão do pagamento da dívida externa. E foi vitorioso. E os investidores nacionais e estrangeiros foram brindados com uma declaração mais contundente

4. Instituto Cajamar, *Estratégia e Tática*, Jordanésia (SP), março de 1990.
5. *Fórum*, ano 4, n. 32, novembro de 2005.

quando o partido lançou a Carta ao Povo Brasileiro[6] em junho de 2002.

A Carta de Lula reconhecia que "a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena", falava em "valorizar o agronegócio", reduzir a taxa de juros de forma sustentada, manter o equilíbrio fiscal e o superávit primário (o saldo que o governo economiza para pagar os juros de sua dívida). Isto implicava controle dos gastos públicos.

Mas se a carta teve o seu papel, ela foi menos um início do que um coroamento de um processo. Quando o PT lançou a "Carta", ela foi considerada pelo professor da USP e ex-ministro Delfim Netto, a causa da vitória de Lula. Entretanto, este reducionismo ignora que a trajetória do PT foi constantemente de aumento de influência eleitoral e moderação ideológica desde os anos de 1990, como vimos aqui. Aquela carta foi apenas a espuma do mar.

Além disso, não se esperaria do PT nas eleições senão um giro ao centro em virtude de suas alianças necessárias para obter maioria eleitoral[7], o que foi efetivado naquele ano de 2002 quando o Diretório Nacional reuniu-se no centro de convenções do Anhembi, em São Paulo. A superestimação daquela carta advém do exagero com que

6. Apelidada pela esquerda partidária de "Carta aos Banqueiros".
7. Este autor travou uma amigável polêmica com Plínio de Arruda Sampaio sobre o programa de governo de 2002, em agosto daquele ano no *Correio da Cidadania*, edições 255, 256 e 257.

muitos dirigentes adotaram (gostosamente) as teses liberais em economia, como o futuro Ministro Antonio Palocci[8]. Ele havia substituído na coordenação do Programa de Governo o ex-prefeito Celso Daniel de Santo André (SP), assassinado[9].

Por outro lado, o PT chegava ao poder no auge da Terceira Revolução Industrial que descentralizava um pouco o capital na esfera produtiva, ele passou a se *concentrar* no sistema financeiro. Os governos territoriais se tornaram mais vulneráveis a uma forma de capital que, através de redes de computadores, facilmente transcendia suas fronteiras nacionais.

Vitória

Perder com Carlito Maia foi diferente de vencer com Duda Mendonça. Decerto, é sempre melhor vencer, diriam alguns. A que custo? Perguntariam outros.

O primeiro era aquele publicitário de alma petista. O segundo o operador de marketing de Paulo Maluf[10]. Mas é melhor manter os princípios e nunca chegar ao governo e não fazer mudanças favoráveis aos mais pobres? Chegar

8. Antonio Palocci, *Sobre Formigas e Cigarras*, São Paulo, Objetiva, 2007.
9. Na crise de 2005 a oposição associaria este assassinato ao PT.
10. Político paulista de extrema direita que ocupou o governo do estado e a prefeitura da capital.

assim ao poder muda *essencialmente* a sorte dos de baixo? O debate seria infindável e ao historiador cabe compreender e não julgar.

Lula teve como vice o empresário José de Alencar. Ele era um senador de direita por uma legenda de aluguel (PL-MG). Mas chancelava o arco de alianças proposto pelo programa do PT, o qual tinha como eixo uma aliança dos trabalhadores com o "capital produtivo". Na verdade, esta aliança dava primazia política a dois outros setores: o capital financeiro e a população desassistida, a qual seria beneficiada pelo Governo Lula. Alencar surpreendeu e passou muitos anos reclamando das elevadas taxas de juros que penalizavam exatamente o seu setor: o industrial. Aparentemente, ele se postava à esquerda de Lula nas questões de política monetária. É claro que ele não tinha o ônus das decisões.

Enfim, Lula chegou lá. Passou ao segundo turno com 46,44% dos votos. No segundo turno obteve 61,27% e derrotou o candidato da situação José Serra.

Vitória espetacular. Sua posse em Brasília no dia 1º de janeiro de 2003 teve a maior participação popular do que qualquer outra posse de presidentes da República. Com essa vitória o PT começava a encerrar um ciclo histórico no Brasil.

Lula não rompeu totalmente com a política econômica liberal de Fernando Henrique Cardoso, mas teve uma sagacidade política que faltou ao seu antecessor. O novo presidente determinou uma transferência de renda para

os muito pobres através de programas sociais como a bolsa-família. Isso (embora não só) lhe garantiu forte apoio popular. O aumento real do salário mínimo, o programa "luz para todos", o crédito consignado e a manutenção e ampliação do sistema de seguridade social foram fundamentais também.

O Governo também contornou a luta de classes ao internalizar os conflitos sociais no aparelho de Estado[11], dando ministérios tanto aos representantes do capital quanto (pela primeira vez) aos representantes do trabalho. Muitas políticas públicas democratizaram as relações com a sociedade civil, o que catapultou lideranças setoriais do partido. O Governo promoveu conferências em que as pessoas eram consultadas e onde muitos petistas (mas não só) podiam intervir. Programas de apoio a microempresas, economia solidária, assentamentos do MST, cooperativas agroindustriais como as do noroeste do Rio Grande do Sul recebiam apoio técnico e aporte de capital.

O próprio MST reduziu suas ações. Como nos anos 2004-2005 cresceu o investimento na obtenção de terras para reforma agrária houve queda das ocupações de terra de 2004 para 2005. A média de ocupações de 1995-2000 foi maior do que do período 2000-2005.

Mas como as mudanças não eram velozes nem radicais, o PT tinha o ônus de defender o Governo sem o bônus de ditar-lhe os rumos. Estes eram definidos pelo círculo próximo ao presidente da República e limitados pela diretoria do Banco Central e pelo orçamento. Era uma situação nova. Ao presidente do partido e à maioria que lhe dava respaldo cabia impedir que o PT criticasse o governo e jogasse água no moinho da oposição. Para a oposição, cumpria disputar os rumos e questionar a política econômica orientada pelo Ministro Antonio Palocci e pelo presidente do Banco Central Henrique Meirelles. O primeiro fora militante trotskista e prefeito de Ribeirão Preto (SP). Agora fazia elogios à política do governo anterior. Já o segundo era simplesmente Deputado do PSDB de Goiás!

11. Como notou Vladimir Safatle.

Oposições

A oposição enfrentava graves dificuldades. Ela se dividiu em três linhas mais ou menos significativas. A primeira abrangia parte da Direita tradicional e foi capitaneada pelo PSDB. A segunda, menos significativa, foi representada por dissidentes abrigados no PSOL ou por intelectuais outrora aliados ao petismo. Uma terceira veio do próprio PT.

O PSDB não conquistou sólido apoio social. Ele se perdeu. Na ausência de um discurso programático, ele buscou sempre casos isolados de corrupção. O único efeito que o Governo Lula produziu sobre o PSDB foi a sua transformação efetiva num partido de centro-direita. Nascido como força de centro-esquerda e com o fito de tornar-se uma agremiação social-democrata, os tucanos

resvalaram para os braços de um eleitorado herdado das forças reacionárias, como foi o caso do malufismo em São Paulo.

O PSOL, apesar da qualidade de alguns de seus militantes, não teve força histórica. Como partido que se desejava revolucionário ele foi mais limitado que o próprio PT, pois surgiu como dissidência parlamentar motivada pelas críticas à reforma da previdência encampada pelo Governo Lula em 2003. Não possuiu uma circunstância histórica (como as greves do ABC paulista), nem apoio em movimentos sociais ou armas. Sem nenhum desses elementos não se promove uma ruptura. Seu discurso deslizou por um terreno que não era o seu: o institucional.

Ao lado desta oposição moveram-se acadêmicos, jornalistas, líderes estudantis e outros descontentes. É difícil medir o grau de sua insatisfação. O PT sempre teve um apreciável apoio entre intelectuais tradicionais da Universidade além da simpatia de alguns jornalistas, embora não dos donos dos jornais. Em 2002, muitos intelectuais, petistas até o último momento anterior à posse, não suportaram o toque da realidade de um governo que declarava ter que atuar dentro de limites constitucionais e com alianças políticas indesejadas.

Para complicar a situação, os setores de renda média não ganharam diretamente nada com o Governo Lula. Eles viriam a ser uma importante base social de contestação ao PT.

Nacionalização do PT

É uma tarefa difícil separar o partido do governo e o próprio governo. Suas ações se misturam o tempo todo. Ainda assim, o leitor compreende que não se quer fazer aqui uma história do governo Lula e sim do PT *no* governo. Até porque o partido manteve sua existência paralela, fora do aparato estatal, mantendo uma zona cinzenta de interface com o Estado.

Por muitos anos o PT foi basicamente paulista. Dos 46 membros do primeiro Diretório Nacional, onze eram de São Paulo. Entre sua fundação e o ano de 2010, o PT realizou quatro congressos, treze encontros nacionais ordinários e dois extraordinários, totalizando dezenove eventos nacionais: onze foram no Estado de São Paulo. A sua direção nacional funcionou por longos anos na cidade de São Paulo e quando a direção política mudou-se para Brasília, a parte administrativa permaneceu em São Paulo. A presidência foi ocupada vários anos por Lula e José Dirceu. José Genoíno, Luiz Gushiken e Ricardo Berzoini também ocuparam o posto. Eram todos políticos estabelecidos em São Paulo. Só Olívio Dutra (RS) e José Eduardo Dutra (SE) romperam a hegemonia paulista.

Mas é claro que lentamente a situação mudava. Em 1982, 75% dos parlamentares estaduais e federais do PT eram paulistas, em 1994 eram 29%.

O PT já era um partido com penetração nacional às vésperas de sua vitória no país, afinal o número de vere-

adores subiu de 118 em 1982 para 2 485 em 2000. Mas a sua *nacionalização* só se completou quando ele chegou ao poder político liderando uma coalizão de partidos de esquerda e legendas fisiológicas. Desde então o partido cresceu impulsionado pelo governismo inato e oportunista de muita gente, mas também porque sua política social chegou pela primeira vez a muitos lugarejos. A quantidade de municípios governados pelo PT triplicou no Governo Lula. Em 2000, eram 187, pulando, em 2008, para 559. A percentagem de cidades em que havia diretórios do partido saltou de 40% em 1993 para 96% em 2009.

O PT finalmente se tornou brasileiro e terminou aquele movimento que se alimentava de um pólo geográfico central (São Paulo), de um social (a classe trabalhadora assalariada) e de um político (o radicalismo de tinturas socialistas). Evidentemente pelo menos duas daquelas três origens continuaram importantes e determinaram a presença de muitos políticos "paulistas" e sindicalistas nos ministérios.

Quando assumiu a chefia da Casa Civil no Governo Lula, José Dirceu foi substituído na presidência do partido por José Genoino, o qual estava sem mandato por ter sido derrotado na disputa pelo Governo do Estado de São Paulo em 2002. Durante o primeiro mandato de Lula o novo presidente do partido liderou um projeto de modernização e informatização das sedes do partido em todo o Brasil. Surgiram assim críticas que revelavam o medo de um partido de massas, centralizado e organizado cada vez mais. O PT era acusado pelo aparelhamento do Estado.

Ao nacionalizar-se, o PT ampliou-se espacialmente, aprofundou seu caráter multiclassista e moderou seu discurso político. Espaço, sociedade e ação política estão necessariamente imbricados. Não perdeu, por isso, seu apoio na classe trabalhadora formalmente assalariada; não diminuiu sua força no sul e sudeste do país e nem mesmo abandonou completamente sua vaga referência ao socialismo. Mas como veremos adiante, perdeu um pouco dessas três condições ao mesmo tempo em que ganhou apoio no norte e nordeste; e nas classes trabalhadoras inseridas sazonal e informalmente no mercado de trabalho.

Embora o propalado PT das origens tivesse um socialismo bastante indefinido, a identidade de esquerda forjada no Colégio Sion permitiu que o partido sempre fosse a "força polarizadora"[12] nas alianças que fez, excetuadas campanhas locais (muitas vezes "sacrificadas" em nome da candidatura nacional). Em boa medida isto ocorreu porque a geração que frutificou a partir do colégio Sion se manteve em postos estratégicos mesmo depois que o PT se tornou uma agremiação puramente eleitoral. Nos primeiros anos o partido era tão avesso às alianças por razões ideológicas, mas também porque o espaço político era estreito e quase não havia com quem se aliar. A única força que podia atraí-lo era o PMDB, cada vez mais desca-

12. André Singer, "A Segunda Alma do Partido dos Trabalhadores", *Novos Estudos Cebrap*, n. 88, dezembro de 2010.

racterizado e ligado aos comunistas (concorrentes diretos do PT numa área então muito sensível para o partido: o sindicalismo).

Financeiramente, o crescimento institucional vertiginoso manteve em alta a arrecadação do PT.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 14.2.2011.

Cabe lembrar, porém, que a situação patrimonial do partido sempre foi fraca. A primeira sede própria do PT foi a de São Bernardo do Campo (SP). Durante o primeiro mandato de Lula na presidência da República, a Direção Nacional cogitou comprar uma sede. A Fundação Perseu Abramo já possuía a sua. Mas quase todas as sedes do partido eram alugadas. Isso é comum no sistema partidário brasileiro por causa da histórica instabilidade institucional. Outrossim, o PT não teve tempo de acumular ativos reais como a Social Democracia Europeia.

Na cidade de São Paulo, pouco antes da posse de Lula não só os Diretórios Zonais careciam de local para fazer reuniões como, em alguns casos, haviam deixado de

existir, como o de Perdizes[13]. Os gastos crescentes do PT se deviam principalmente a dívidas de campanha, amortizações, juros e demais gastos financeiros. Os aluguéis também suscitariam preocupação e descontrole financeiro. Em 2002, 2003 e 2004 as contas do Diretório Nacional não fecharam[14]. Já era uma crise que os dirigentes não viam com o mesmo receio que a veriam em 2005.

O PT tinha dívidas da campanha de 2002 e da festa de posse de Lula. Por isso a tesouraria do partido fez empréstimos oficialmente contabilizados do Banco Rural e do Banco BMG[15]. A tesouraria do PT também estabeleceu relação financeira não contabilizada com as empresas de Marcos Valério. Este era um membro da campanha do Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). A relação entre o empresário e o PT teria começado no segundo semestre de 2002. Valério teria sido apresentado pelo Deputado Federal Virgílio Guimarães (PT-MG) ao membro da coordenação da Campanha de Lula, João Paulo Cunha[16].

O Governo Lula não passou incólume diante das denúncias de corrupção. Houve acusações já em 2004 contra um assessor da Casa Civil chamado Waldomiro Diniz. Mas os escândalos acontecem em qualquer governo sem

13. Luiz P. Paz, *O Exemplo e as Ideias Permanecem*, São Paulo, s./ed., 2002, p. 108.
14. P. F. Ribeiro, *op. cit.*, p. 111.
15. J. Genoíno, *Entre o Sonho e o Poder*, p. 178.
16. *Autos do Inquérito* 2245.

que ele caia. Aparentemente a crise que quase destruiu o PT iniciou-se em 2005, mas ela teve dois antecedentes graves. O primeiro foi a perda rápida do apoio dos setores que se agregaram passageiramente ao seu eleitorado em 2002. Assim, em 2004 o PT foi derrotado nas eleições, interrompendo seu ciclo de crescimento[17].

O segundo foi a vitória de um *outsider* representante do "baixo clero" político à presidência da Câmara dos Deputados. Tratava-se do Deputado Severino Cavalcanti. Ele derrotou o candidato petista Luiz Eduardo Greenhalgh porque: *1.* o PT se dividiu; 2. parte da base aliada não aceitava o nome de Greenhalgh; 3. políticos estabelecidos (*insiders*) do PSDB articularam o apoio a Cavalcanti. Antes a casa havia sido comandada pelo Deputado João Paulo Cunha (PT-SP), o qual chegara a autorizar a invasão da Câmara pela tropa de choque da Polícia Militar por ocasião de um protesto popular contra a Reforma da Previdência.

A Crise

A crise iniciada em 2004 revelava as fraturas do governo. Já o ano seguinte seria o clímax. No dia 14 de maio de 2005 ela eclode nos correios[18] onde se mostrava um esquema de fraudes em licitações da empresa. O chefe da Decam/ECT Mauricio Marinho foi denunciado por rece-

17. V. Pomar, *op. cit.*, p. 242.
18. *Veja*, n. 1905, 18 de maio de 2005.

ber vantagens para ilicitamente beneficiar um empresário interessado em negociar com os correios[19]. O escândalo atingia diretamente um afilhado político do Deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), da base aliada. Lembremos que a imprensa havia noticiado que no início do governo o então Ministro da Casa Civil, José Dirceu, havia proposto montar uma base de sustentação do governo mediante aliança preferencial com o PMDB. Como isto não foi possível, o PT teria montado um esquema para a compra de apoiadores "no varejo" do Congresso.

A oposição aproveitou a denúncia dos Correios para instalar em 9 de junho uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI dos Correios). Neste mês Roberto Jefferson deu sua famosa entrevista[20] em que acusava o tesoureiro do PT Delúbio Soares de pagar um *mensalão* (uma mensalidade) para que deputados da base aliada apoiassem o Governo Lula. Os recursos viriam do empresário Marcos Valério, que em troca seria beneficiado por contratos com órgãos do governo.

Esta entrevista gerou uma onda de "indignação" na mídia e acabou por levar à saída de José Dirceu, que assumiu seu mandato de Deputado Federal. Era a queda do "primeiro ministro" informal de Lula!

O procurador geral da república ofereceu uma denúncia em que qualificava José Dirceu como membro do

19. *Autos do Inquérito* 2245.
20. *Folha de S. Paulo*, 6 de junho de 2005.

núcleo principal de uma quadrilha ao lado de Delúbio Soares, tesoureiro do PT, o secretário-geral do partido Silvio Pereira e José Genoíno[21].

A própria denúncia tinha origem na imprensa e citava a reportagem da *Veja*. Seu intuito era acusar Dirceu de "garantir a continuidade do projeto de poder do Partido dos Trabalhadores, mediante a compra de suporte político de outros partidos"[22]. O suposto esquema criminoso consistiria na transferência periódica de vultosas quantias das contas do empresário Marcos Valério para parlamentares. De acordo com a CPMI dos Correios teriam sido garantidos lucros bilionários para o Banco rural e o Banco BMG mediante a operacionalização de empréstimos consignados de servidores públicos e aposentados. Em paga dessas vantagens eles transmitiriam recursos ao citado empresário[23]. Para o ex-presidente do PT, Genoíno, a leitura da peça de denúncia do Ministério Público e do relatório da CPI do "mensalão" mostraria que a palavra mensalão era usada "sem associação objetiva com provas documentais ou testemunhais"[24].

José Dirceu e outros dirigentes não perderam a solidariedade de parte da militância de seu partido, embora tivessem inimigos internos. No dia 17 de junho houve um

21. *Autos do Inquérito* 2245.
22. *Autos do Inquérito* 2245.
23. *Autos do Inquérito* 2245.
24. J. Genoíno, *Entre o Sonho e o Poder*, p. 177.

ato de defesa do PT na Casa de Portugal, cidade de São Paulo, com a presença de dirigentes, candidatos à presidência do partido, de José Dirceu e José Genoíno. O Professor Emérito da USP Antonio Candido mandou uma mensagem de apoio.

No dia 20 de junho uma cena esquisita se processou no programa de televisão *Roda Viva*, da TV Cultura, ligada ao Governo do Estado de São Paulo, controlado pelo PSDB. Um jornalista da revista *Isto É* indagou a Roberto Jefferson (o entrevistado da noite) se ele sabia de repasses ilegais de dinheiro ao PSDB na época em que ele era da base do Governo de Fernando Henrique Cardoso. O jornalista âncora do programa interveio rapidamente, tentando modificar a abordagem do tema, até que a programação foi interrompida pelos comerciais[25].

De junho a setembro de 2005, de vinte e duas capas[26] da revista *Veja* somente três não tinham uma denúncia explícita contra o PT. Cinco capas eram contrárias a Lula pessoalmente. Assim, o PT passou a atacar a imprensa atribuindo a ela um comportamento partidarizado. Surgiu então a expressão "PIG – Partido da Imprensa Golpista". Os jornalistas dos órgãos principais dos *media* diziam que apenas publicavam as informações que consideravam relevantes. A oposição de extrema esquerda (PSOL e PSTU) também atacou o PT tanto num inesperado e efêmero es-

25. *Forum*, n. 28, São Paulo, julho de 2005, p. 14.
26. Entre os números 1907 e 1929.

paço conquistado na imprensa, quanto em manifestações de rua. No Rio de Janeiro, por exemplo, 1500 pessoas foram ao ato contra Lula no dia 30 de junho.

As manifestações convocadas pela internet e sem uma organização política foram um fiasco. Revelou-se assim que não havia base de massa para um protesto deste tipo.

O problema é que os ataques da imprensa não cessavam. Nem os escândalos. No dia 8 de julho, um ex-assessor do irmão do então presidente do PT, José Genoino, foi preso no Aeroporto Internacional de Congonhas, em São Paulo, com R$ 209 mil numa pasta e mais US$ 100 mil num porta-dólar dentro da calça. Era o "escândalo da cueca". José Genoino caiu e Tarso Genro assumiu a presidência interina do PT.

Transformado em alvo diário das CPIS, a imprensa escrita passava a revelar que o Governo Lula resolvera abandonar José Dirceu. Conta-se que na noite de 10 de agosto um grupo de capas pretas do PT e do Governo reuniu-se no apartamento do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh quando José Dirceu chegou sem ser convidado. Teria dito: "Não aceito ser cassado por corrupção. Se quiserem me cassar, vai ter que ser uma cassação política"[27].

A narrativa detalhada desses escândalos pertence à história policial. E também à história da imprensa. O que nos importa aqui são os reflexos desses acontecimentos na

27. G. Camarotti, e B. La Peña, *Memorial do Escândalo*, São Paulo, Geração Editorial, novembro de 2005, p. 238.

estrutura interna do PT. Numa manhã de sábado, naquele princípio de julho de 2005, o Ministro da Educação Tarso Genro chegou à sede nacional do PT em São Paulo e disse: "Vamos fazer o esforço para a refundação do PT"[28]. Acabava de assumir interinamente a Presidência do Partido.

Nos meses seguintes haveria um novo processo de eleição direta (PED). Diante da crise a esquerda petista cresceu e teve oportunidade de ganhar as eleições internas do PT. Os petistas estavam em pânico. Muitos se embebedaram, choraram, resistiram ou se desligaram do partido. Inúmeros debates traziam de volta, na plateia, antigos militantes que queriam retornar ao partido para "limpá-lo". Só em 1989 o PT sofreu ataques tão pesados da imprensa quanto em 2005. Mas havia uma diferença crucial para o militante comum. Ser acusado de terrorista causa raiva; ser acusado de corrupto, vergonha. Envergonhados ficaram não só os militantes, mas os dirigentes.

Somente em 16 de agosto a Comissão Executiva Nacional resolveu finalmente pedir "desculpas à nação, pois os atos que nos comprometem, moral e politicamente perante os brasileiros, foram cometidos por dirigentes do PT, sem o conhecimento de suas instâncias"[29].

No dia 19 de agosto houve também a tentativa de atingir o Ministro Palocci com denúncias de desvios de

28. L. O. Cavalcanti, *Como a Corrupção Abalou o Governo Lula*, Rio de Janeiro, Ediouro, 2005, p. 17.
29. Resolução da CEN, Brasília, 16 de agosto de 2005.

dinheiro para o PT a partir de contratos da prefeitura de Ribeirão Preto com empresas de coleta de lixo, mas a rápida defesa dele por parte do Governo adiou a sua queda para o ano seguinte.

Naqueles dias de tormenta um núcleo de base paulistano apareceu em cenas de televisão com a bandeira do PT de ponta cabeça e a palavra de ordem: "Estrela invertida até cair a direção". Isto se deu durante uma reunião da Executiva Nacional, na rua Silveira Martins em São Paulo. No protesto os militantes distribuíam estrelas do PT para os "capas pretas" enquanto eles adentravam a sede do partido. Naquele momento, nenhum dirigente teve coragem de usá-la!

Eram raros os militantes que usaram camisas do partido. E eram invariavelmente achincalhados ou agredidos. Durante as eleições internas, os militantes do PT que se dirigiam aos locais de votação em São Paulo eram ofendidos por pessoas que estavam nos bares ou por transeuntes. Tal era o clima político do país. Cenas assim foram pouco divulgadas, salvo algumas que atingiam dirigentes mais importantes. Alguns eram invariavelmente agredidos em todos os locais públicos por onde circulavam, especialmente em aeroportos, onde havia mais "formadores de opinião" de classe média.

Depois que Jorge Bornhausen (PFL-SC) declarou que o país iria livrar-se "dessa raça por 30 anos", referindo-se aos petistas, o sociólogo Emir Sader respondeu ao senador catarinense, no *site* Carta Maior, em 28 de agosto de 2005. Foi depois processado por isso. Por outro lado, intelectuais historicamente ligados ao partido e que já vinham se afastando desde 2002 por motivos já esclarecidos aqui, aproveitaram para se desligar publicamente do PT.

A filósofa Marilena Chaui, que apoiava o Governo, foi duramente criticada pela oposição no Congresso ao se recusar a dar as declarações "exigidas" pelos jornais. Ela explicou suas posições em carta endereçada aos seus alunos da USP datada de 31 de agosto. No dia 12 de setembro participou de debate sobre a refundação do PT. Depois disso a Comissão Executiva Nacional resolveu lançar uma campanha contra o "denuncismo"[30].

Internamente ao PT, os candidatos de esquerda não lograram unir-se. Durante a campanha vários debates ocorriam enquanto novos escândalos se sucediam. Raul Pont e Valter Pomar lideravam os petistas que desejavam refundar o partido e combater os desvios políticos de alguns dirigentes do Campo Majoritário. Em desespero figuras públicas do partido iam a programas de televisão para salvar a própria pele e atacar seus companheiros.

O PT adiou seu XIII Encontro para o ano seguinte, pois era impossível realizá-lo naquele momento. O primeiro turno do PED ocorreu em 18 de setembro. Com exceção de Berzoini, todos os candidatos se posicionavam naquele momento na esquerda partidária:

30. Resolução da CEN, São Paulo, 19 de setembro de 2005.

Nome	Votos	%
Ricardo Berzoini	122 745	42%
Raul Pont	42 857	14,68%
Valter Pomar	42 782	14,65%
Plínio Sampaio	39 096	13,4%
Maria do Rosário	38 662	13,2%
Markus Sokol	3 953	1,4%
Gegê*	1 940	0,7%
Votos válidos	292 035	100,0%
Brancos	16 510	
Nulos	4 311	
TOTAL	312 856	

Fonte: Jornal *Em Tempo*, edição eletrônica, 2005.

Com os votos ainda sendo contados, parte expressiva da imprensa já começava a falar apenas na derrocada ética do PT sem prognosticar sua cassação. Com a vitória da esquerda, dizia-se que a legenda encolheria para algo entre 10% e 15% do eleitorado. Mas se o Campo Majoritário vencesse, a derrocada seria total[31].

* Luiz Gonzaga da Silva (Gegê) era líder do movimento de moradia do centro de São Paulo e estava sendo processado por acusação de co-autoria num homicídio. Sua inocência foi defendida por uma moção apresentada em encontro partidário. Em 2011 ele foi absolvido pelo tribunal do júri por unanimidade. Eduardo Suplicy foi testemunha de defesa.

31. *Veja*, n. 1923, 21 de setembro de 2005.

Os resultados não só descontentaram parte da imprensa como diminuíram a ação oposicionista. Embora algumas denúncias e ataques prosseguissem, parece que os mais afoitos foram isolados e a maioria dos donos de meios de comunicação e políticos de oposição percebeu que não seria possível colocar na ilegalidade um partido que, em meio à maior crise de sua história, ainda conseguia mobilizar mais de trezentos mil militantes para uma votação inglória, sob apupos e agressões. Definitivamente, a militância do PT salvou o partido, apesar dos dirigentes quase nada terem feito para salvá-lo. Foi uma última aparição em cena de velhos militantes já desencantados.

No dia 28 de setembro a base governista conseguiu uma vitória no parlamento: a eleição de Aldo Rebelo (PC do B) como presidente da Câmara.

Os resultados do PED deram uma ampla votação à chapa Construindo um Novo Brasil (CNB). A CNB era a união da velha Articulação com a Democracia Radical e grupos menores. A fusão havia ocorrido em 1999 sob a denominação de Campo Majoritário, mas como este nome ficou comprometido com as revelações de que todos os dirigentes envolvidos em corrupção eram daquele campo, houve uma mudança de denominação. Ainda assim, o CNB não obteve maioria absoluta. O próprio José Dirceu foi pressionado para sair da chapa. Ele acabou permanecendo como suplente[32].

32. *Caros Amigos*, n. 106, janeiro de 2006, p. 41.

Nome	Votos	%
Construindo o Novo Brasil	115 510	41,9%
Coragem de Mudar	33 480	12,1%
A Esperança É Vermelha	32 603	11,8%
Movimento	31 712	11,5%
Esperança Militante	25 176	9,1%
Socialismo e Democracia	16 120	5,8%
O Partido que Muda o Brasil	8 494	3,1%
Terra, Trabalho e Soberania	5 392	2,0%
Movimento Popular	5 085	1,8%
O Brasil Agarra Você	2 338	0,8%
Votos válidos	275 910	100,0%
Brancos	30 229	
Nulos	4 959	
TOTAL	311 098	

Entre o primeiro e o segundo turno do PED o candidato Plínio de Arruda Sampaio saiu do PT e com ele uma leva de militantes da antiga Força Socialista. Este abandono impediu que o PT elegesse pela primeira vez um presidente da esquerda. A saída atendia o interesse dos mandatos parlamentares[33]. Uma avaliação equivocada dava a impressão que a legenda do PT não seria mais suficiente para reelegê-los. Como a legislação brasileira permitia que o deputado saísse do partido sem perder o mandato e como o prazo de desincompatibilização para poder concorrer nas eleições de 2006 por outra legenda

33. *Em Tempo*, n. 15, edição eletrônica, dezembro de 2005.

expirava antes do segundo turno do PED, eles saíram. Evidentemente também saíram muitos militantes comuns indignados com os escândalos.

No segundo turno Ricardo Berzoini do CNB venceu Raul Pont, militante da DS (agora integrante do campo denominado Mensagem ao Partido) e que superou Valter Pomar por estreita margem de votos. Curiosamente, Berzoini já havia sido candidato ao primeiro PED em 2001 com apoio do PTLM, quando teve fragilíssima votação. Em 2005 o PTLM apoiou Valter Pomar.

Com a volta dos petistas às ruas, ainda que atemorizados e tímidos, houve possibilidade de retomar o espírito da Casa de Portugal, quando aconteceu o primeiro ato público de defesa do partido. Agora, o mote era a perseguição política ao principal dirigente do partido. Com a aproximação da cassação de José Dirceu multiplicaram-se as homenagens a ele. A primeira foi no Rio de Janeiro a 17 de novembro. Seguiram-se outras: na Câmara Municipal de São Paulo no dia seguinte; no dia 19 de novembro em Belo Horizonte; em 22 de novembro em Brasília com a presença do Vice Presidente José de Alencar; no dia 25 de novembro durante a posse do Diretório Municipal do PT em Campo Grande (MS) com o apoio do governador Zeca do PT; no dia 26 de novembro na Câmara Municipal de Santos (SP); no dia 27 em Olinda (PE) com o apoio dos prefeitos desta cidade (Luciana Santos – PC do B) e de Recife (João Paulo – PT) e no dia 28 de novembro em João Pessoa (PB). Era a véspera da cassação.

É claro que os quadros intermediários do PT que ainda organizavam aqueles atos não davam o seu apoio para qualquer coisa. Isto pode ter iludido os dirigentes depois da crise e tê-los levado a esquecê-la mui velozmente. Os militantes voltaram às ruas em defesa da história do partido e com a certeza de que, apesar das evidências de corrupção, estava em curso uma luta pelo poder. E defender o PT era defender outras organizações que já eram ameaçadas, como o MST. A extrema esquerda e organizações votadas à defesa da transparência eleitoral e ao combate às falcatruas de políticos tradicionais não pensavam assim, é claro e alguns identificavam na origem sindical do PT a raiz do problema, já que o meio sindical não seria "conhecido pelo rigor no manuseio dos recursos que tem a disposição"[34].

Foram divulgados abaixo assinados em solidariedade a Dirceu. Mas para muitos formadores de opinião, leitores de revistas e jornais e internautas ele era o líder de uma gangue. E a gangue era simplesmente o PT. Em 1º de dezembro de 2005, depois de um discurso em que defendia a si mesmo e ao PT, Dirceu foi cassado pela Câmara dos Deputados por 293 votos contra 192. Finalmente, Dirceu e Jefferson seriam cassados pela Câmara. Um por acusar e o outro por ser acusado...

34. C. W. Abramo, "Lula e a Corrupção", *Política Democrática*, Ano V, n. 12. Brasília, agosto de 2005, p. 20.

O impacto da crise de 2005 na política brasileira foi tão forte que muitos analistas não hesitaram em considerá-la a mais grave da história política do Brasil. Se o juízo é exagerado para a história do país, é, sem dúvida, certeiro para a história do PT.

Mesmo sem perscrutar a veracidade jurídica dos fatos, o historiador pode afirmar que nem foi o "maior escândalo de nossa história" e nem se tratou da corrupção tradicional da política brasileira, salvo casos isolados (como um dirigente[35] que recebeu um automóvel usado de um empresário). Na história do Brasil houve crises mais sérias, como a de 1954 que levou Getúlio Vargas ao suicídio. Para não falar de guerras civis, como a de 1932 ou dos vários golpes ou tentativas de golpes militares.

Os escândalos de 2005 atingiram muito mais o PT do que o governo. A figura de Lula foi protegida para que ele não sofresse uma campanha de *impeachment*. Por isso ele iniciou aquele processo atacando o lacerdismo[36] da oposição e no auge da crise foi à rede nacional de televisão no dia 12 de agosto para confessar-se traído e pedir desculpas à população (como o fez o próprio PT). Ele não citou nenhum possível traidor. A grande pergunta que rompeu os lares foi: "Ele Sabia?" Programas de Televisão chegaram a sugerir o suicídio de Lula, mas ele não fez como Getú-

35. Trata-se de Silvio Pereira, ex-secretário geral do PT condenado na Justiça.
36. Alusão a Carlos Lacerda, um dos caluniadores de Getúlio Vargas.

lio Vargas, embora alguns preferissem compará-lo a Jânio Quadros, talvez prevendo sua renúncia[37].

Lula sobreviveu. A defesa de um projeto de poder dependia da figura pessoal dele e não mais do partido, acossado por denúncias. Naqueles dias de tormenta, sua agenda foi direcionada para atos populares. Lula não falava com a imprensa e participava de eventos com o MST e a CUT; ia ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e travava contato pessoal e direto com o povo no interior do nordeste, como se pairasse uma ameaça de radicalização e chavismo[38] no caso de uma tentativa de *impeachment* contra ele. Aliás, Hugo Chávez o visitou naqueles dias de graves dificuldades.

As iniciativas pela derrubada efetiva do presidente ficaram restritas a políticos isolados ou grupos marginais, como o PSTU e PSOL que ensaiaram passeatas contra o PT.

Em 16 de agosto uma marcha em Brasília reuniu a CUT, UNE, UBES e, fortemente, o MST em defesa do governo. No dia seguinte outra marcha, liderada por representantes do PSTU, PSOL, PDT, PPS e de entidades sindicais, como a Coordenação Nacional de Lutas (ConLutas) defendeu a derrubada do presidente Lula. As oposições tinham objetivos diversos. A extrema esquerda propugnava a queda do presidente e do seu vice e a antecipação de eleições. A oposição de direita desejava o *impeachment*

37. R. Antunes, *Uma Esquerda Fora de Lugar*, p. 82.
38. Referência a Hugo Chávez, então presidente da Venezuela.

do presidente da República ou, numa segunda hipótese, sua desmoralização completa para inviabilizá-lo eleitoralmente em 2006.

Embora a vontade de derrubar o governo e destruir o PT tivesse existido, não houve nenhuma coordenação para que isso fosse efetivado. Houve, é verdade, um advogado desconhecido que procurou a justiça para pedir o cancelamento do registro do PT. De fato, a sobrevivência legal do PT poderia ser questionada depois que o publicitário Duda Mendonça havia "confessado" ter recebido dinheiro das empresas de Marcos Valério através de conta bancária aberta nas Bahamas por trabalho prestado à campanha de Lula. Caixa dois, fraude fiscal e remessa ilegal ao exterior poderiam causar a extinção do partido[39].

Para José Genoíno havia cinco focos de denúncias contra o PT: Ministério Público, Polícia Federal, as CPIs, a imprensa e os partidos de oposição[40]. A articulação desses grupos foi falha. Não sabemos (é cedo ainda) o que as cúpulas do PSDB e do PFL e seus porta-vozes na imprensa deliberaram naqueles meses de crise.

A hipótese do *impeachment*, cogitada pela oposição, foi abandonada por três motivos:

1. A correlação de forças organizadas nas ruas não favoreceu a oposição, como nas marchas de 1964 e as

39. L. O. Cavalcanti, *op. cit.*, p. 23.
40. J. Genoíno, *Entre o Sonho e o Poder*, p. 177.

novas condições internacionais não indicavam respaldo norte americano para isso. O comparecimento dos trezentos mil ao PED e a mobilização do MST, CUT e UNE provaram isso.

2. A Direita não podia derrubar o presidente e ou o seu vice, pois o custo institucional seria muito alto.
3. A queda dos índices eleitorais de Lula fez parecer que seria possível "sangrá-lo" até as eleições, como se disse à época.

Note-se que a mobilização da militância petista foi em grande medida espontânea. Vários órgãos de imprensa alternativa insinuaram que o PT e o Governo, com medo de criarem um confronto aberto com a oposição, preferiram fazer um acordo parlamentar com a oposição entregando dezoito deputados do PT e da base aliada à cassação e deixando de acusar Eduardo Azeredo[41] em troca da sobrevivência do governo e do partido. Sendo isso verdade ou não, a campanha que era relativamente autônoma nos meios de comunicação prosseguiu.

Acontece que em agosto de 2005 dois dados foram possivelmente mal interpretados pela direita. Lula tinha recuado para 33% de intenção de voto (o patamar habitual do PT) e seu governo contava com 45% de aprovação. Todos os analistas políticos arriscavam a ideia de que o PT iria encolher nas eleições de 2006 e que Lula no mínimo seria um candidato igual aos outros.

41. Senador do PSDB por Minas Gerais, acusado de ligações delituosas com o empresário Marcos Valério, o mesmo que estava envolvido no escândalo do PT. Inquérito 2280 no Tribunal Superior Federal.

A revista *Carta Capital* estampou uma capa com uma estrela partida ao meio e com a manchete: "O PT Aguenta o Tranco?"[42].

O erro de análise da oposição (política e intelectual) a Lula esteve no fato de que ela ligava o acesso às notícias de jornais com o grau de consciência política dos eleitores. Esse erro advém de uma prisão ideológica: confunde-se positivamente o teor do noticiário com a verdade dos fatos, quando estes são socialmente construídos de acordo com interesses materiais bem definidos. Esses interesses não são necessariamente os das classes dominantes e às vezes nem mesmo os dos grupos políticos da Direita. São em primeiro lugar os interesses empresariais dos órgãos de imprensa.

A crise política de 2005 transmutada em debate moral serviu muito aos seus interesses. Serviu também à oposição, porém menos. Porque os partidos de Direita também fazem parte do terreno da política que foi desmoralizado enquanto a imprensa apareceu acima do bem e do mal. Portanto, também não havia identidade imediata de interesses entre os grupos de oposição e a grande imprensa, como pensava a direção do PT.

42. *Carta Capital*, ano XII, n. 357, 31 de agosto de 2005.

Isto explica o fato de que a crise política alegrou depressa demais a oposição e causou uma crise psicológica rápida demais nos petistas. É porque ambos partilhavam o mundo da imprensa escrita. Ora, os valores políticos (não pessoais) de consumo das camadas médias são predominantemente morais e os dos intelectuais tradicionais (estudantes, professores, escritores) são simbólicos. Por isso, os jornais os difundem, já que se vendem para este público seja à direita ou à esquerda.

O que espanta ao historiador naquela crise de 2005 é que nem a oposição conseguiu mobilizar as pessoas nas ruas e nem o PT decidiu fazê-lo. Há uma explicação subjetiva já apontada: o receio de um confronto aberto. Pois o PT ainda tinha reservas militantes, o que se demonstrou no PED, embora mesmo na esquerda se duvidasse que Lula ainda dispusesse de "força social organizada" devido ao "desmoronamento do PT"[43].

Depois de superado o pior momento, o Diretório Nacional do PT[44] restringiu-se a fazer acusações ao PSDB e ao PFL, mas aos olhos de muitos militantes isto só mostrava que aqueles partidos *também* eram corruptos. O PT não politizou a crise.

43. R. Antunes, *Uma Esquerda Fora de Lugar*, p. 96.
44. Resolução do Diretório Nacional do PT, 10 de dezembro de 2005.

No capítulo anterior já havíamos assistido à retirada dos militantes. A saída de cena encontrava agora os seus bastidores desvelados aos olhos do público: uma base material. O abatimento psicológico da militância em 2005 foi bastante condicionado pela rápida troca de informações entre os militantes em qualquer lugar em que eles estivessem. De acordo com o IBGE no Brasil mais de 56 milhões de pessoas tinham algum aparelho celular em 2005. O uso de computadores pessoais e da internet também provocava verdadeiras guerras virtuais. Em 2005 o uso da internet alcançava dezesseis milhões. Em 2007 a PNAD mostrou que o percentual de brasileiros que possuía computadores em casa era de 27%.

Mas esta guerra não atingia com a mesma velocidade e intensidade as classes desamparadas. Elas queriam, em primeiro lugar, proteção econômica. Se Lula apareceu como o único governante que estendeu o pagamento de benefícios sociais, ele foi preferível aos outros.

Os políticos de oposição cometeram um erro sério ao considerar a retomada das intenções de voto em Lula como resultado de uma decisão primitiva, pré-política. Nada mais consciente do que uma atitude que leva em consideração interesses materiais líquidos e certos. E nada mais inconsciente do que o voto abstrato do ódio moral típico de alguns setores médios.

O PT "aguentou o tranco" e venceu as eleições.

Recuperação Eleitoral

Como afirmamos anteriormente, no final de 2005 todos os analistas políticos acreditavam no fim do PT como força eleitoral. A passividade dos dirigentes do partido durante a crise foi surpreendente. Deixando de lado o uso dos escândalos de corrupção na luta interna, é explícito o fato de que o PT "entregou na bandeja aos adversários a cabeça de seu principal comandante político"[45] e de vários outros.

Naquela crise o PT não liderou uma campanha de massas em defesa de si mesmo e de seu governo. Assim, o partido sangrou durante cem dias naquele ano. Mas voltaria a crescer eleitoralmente em 2006.

A votação vitoriosa de Lula com apoio predominante nos mais pobres acendeu a polêmica sobre as razões desse voto. Na lógica da ideologia pequeno burguesa poderíamos atribuí-lo a um suposto desprezo dos mais pobres pela ética e sua adesão oportunista a Lula em troca do programa chamado bolsa família. De maneira mais ou menos tosca esta foi a explicação da oposição naquela altura, até que ela percebesse que não poderia disputar futuras eleições combatendo a principal política social do PT.

Além do problema "eleitoral" dessa explicação, ela pressupõe que a pequena burguesia e as demais classes seriam "éticas", quando na verdade todas as classes sociais

45. Alon Feuerwerker, "Passividade Surpreendente", *Correio Braziliense*, 2 de dezembro de 2005.

são atravessadas pelos mesmos preconceitos e práticas consentâneas com nossa história de esbulho colonial. Afinal, a colonização portuguesa não visou construir uma sociedade, mas uma feitoria.

Talvez seja cedo para se firmar uma posição sobre as razões da hegemonia eleitoral do PT no primeiro decênio do século XXI. E nem se pode ignorar a ação política de Lula e dos adversários. Todavia, André Singer aventou uma hipótese. Ao se comprometer com a estabilidade e estender os benefícios estatais aos mais pobres Lula teria conquistado a parte menos organizada da população que sempre desconfiou do radicalismo do PT. Assim, em 2006 teria havido um realinhamento do eleitorado petista[46]. Mas seria uma simples oscilação do eleitorado ou uma tendência?

A preferência do PT também se modificou. Depois da crise "observa-se recuperação no sentido inverso ao perfil encontrado na origem: a preferência pelo PT passa a ser decrescente quanto maior a renda. Em 2005, 50% dos petistas estavam entre os eleitores de baixa renda; e depois da crise do partido eram 60%. As pesquisas confirmam que o partido se tornou nacional (apoio com maior homogeneidade entre as regiões brasileiras) e popularizou-se"[47].

46. André Singer, "Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo", *Novos Estudos Cebrap*, n. 85, novembro 2009.

47. Gustavo Venturi, "PT 30 Anos: Crescimento e Mudanças na Preferência Partidária. Impacto nas Eleições de 2010", *Revista Perseu*, n. 5, julho de 2010, p. 210.

O próprio PT demonstrou entender pouco aquele inesperado comportamento eleitoral e logo esqueceu os escândalos de corrupção e voltou a sua rotina. No entanto, o fato da maioria da população ter apoiado o PT na crise não foi necessariamente uma concordância com o que a imprensa veiculou, mas uma defesa de seus interesses materiais apesar da corrupção.

É claro que a produção de escândalos continuou em 2006, quando caiu o Ministro Antonio Palocci e durante a campanha eleitoral em que Hamilton Lacerda foi envolvido no suposto esquema para compra de um dossiê contra José Serra (escândalo dos "aloprados", pois Lula usara este epíteto contra os petistas que se envolveram atabalhoadamente no episódio).

O XIII Encontro Nacional do PT, de 28 a 30 de abril de 2006 na quadra dos bancários em São Paulo sintomaticamente foi aberto por Lula, que discursou por cerca de uma hora. No discurso ele citou José Dirceu, Luiz Gushiken e outras personalidades do partido acusadas pela imprensa como responsáveis pelo Mensalão. O discurso foi improvisado e ali ele declarou: "Eu não sei se os nossos historiadores saberão medir, no futuro. Porque alguns já fizeram o julgamento. Nem bem começou a crise, já tinha uma penca de livros dizendo que o PT tinha acabado".

Dali, ele partiu para sua reeleição numa vitória esmagadora sobre Geraldo Alckmin (PSDB) no segundo turno com cerca de 60% dos votos.

A crise passou, mas custou caro. A defenestração de inúmeros membros do partido no governo e a queda simbólica de dirigentes históricos, cuja carreira política foi interrompida. Em 2007 houve um novo PED consolidando "uma ampla hegemonia das facções ao centro e à direita"[48]. O deputado federal paulista Jilmar Tatto foi ao segundo turno buscando o apoio (além do PTLM, sua corrente) do grupo Novo Rumo; e Movimento PT, do então presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia. Ricardo Berzoini, ex-membro do PTLM e agora no Campo Majoritário, foi reeleito.

O resultado final da apuração do segundo turno do PED de 2007 confirmou a reeleição de Ricardo Berzoini para a presidência do PT no biênio 2008/2009, com 61,41% dos votos válidos. Houve 202 022 votos de 2 493 municípios (326 mil filiados haviam votado no primeiro turno). Destes, 116 909 foram para Berzoini e 73 475 (38,59% dos válidos) para Jilmar Tatto. Brancos e nulos somaram 11 638.

Naquele mesmo ano de 2007 o PT fez o seu III Congresso Nacional no Centro de Exposições Imigrantes em São Paulo. O primeiro momento de reflexão pós-crise havia sido o XIII Encontro na Quadra dos Bancários, como vimos. Mas ele foi feito em meio a uma disputa eleitoral, quando a roupa suja precisava ser guardada. Simbolica-

48. *Valor Econômico*, São Paulo, 19 de dezembro de 2007.

mente feito num espaço sindical bastante simples para os padrões de congressos e encontros em hotéis e centros de convenções, o Encontro foi uma defesa do partido contra os ataques da imprensa.

No III Congresso, o CNB (a direita do partido) obteve maioria frágil e o socialismo petista, o financiamento da atividade política e a reorganização partidária e temas correlatos (formação, PED etc.) saíram dos bastidores do período de euforia governista e dominaram a cena. Frente a isto, o PT decidiu recrudescer o controle sobre as contribuições estatutárias e obrigar o mandatário de cargo eletivo a se responsabilizar pela contribuição de todos os seus assessores. Embora a construção partidária estivesse em discussão, as principais referências aos núcleos foram àqueles que desenvolvem atividade no exterior. Lembremos que segundo o Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo só 2,3% dos delegados ao III Congresso participavam de núcleos de base.

Em 2009 mais de quinhentos mil petistas participaram do PED. Foi eleito o moderado José Eduardo Dutra com 274 419 votos (57,9%) o novo presidente do partido. Em segundo lugar ficou José Eduardo Cardozo da Mensagem ao Partido com 81 372 votos (17,2%); em seguida ficou Geraldo Magela (58 919 votos ou 12,4%); Iriny Lopes da Articulação de Esquerda com 50 759 votos (10,7%); Markus Sokol da corrente O Trabalho com 4 965 votos (1%) e Serge Goulart da esquerda Marxista com 3 241 votos (0,7%). Brancos e nulos foram 44 517 votos. Neste PED a tendência

majoritária com uma chapa com o nome O Partido que Muda o Brasil obteve a maioria absoluta (55,1%).

Já o IV Congresso Nacional realizou-se em Brasília de 18 a 20 de fevereiro de 2010. Podia ter sido um Encontro apenas, já que debateu questões de curto alcance para a sociedade brasileira e tinha no seu horizonte imediato a disputa eleitoral de 2010. Mas o conjunto do partido entendeu que a questão estratégica era a da construção do partido. Por isso fizeram parte da pauta as seguintes questões: financiamento da atividade partidária; necessidade de aumentar o número de filiados e melhorar a vida orgânica do Partido; ampliação da democracia interna; os processos de eleição direta ocorridos em 2001, 2005, 2007 e 2009; a capacitação do Partido para o debate ideológico.

O partido se manteve em menor grau de atrito com o segundo Governo Lula por dois motivos: uma parte de seus líderes radicais havia saído do partido na crise de 2005; por outro lado, o segundo governo Lula demonstrou uma inclinação à esquerda aos olhos do conjunto partidário. Não é aqui que se descreverá seu conjunto de políticas públicas. O fato é que Lula saiu ao fim de seu governo, em 2010, com elevadíssima popularidade.

Campanha de 2010

Apesar dos adversários acreditarem que todo o desempenho do governo era devido à figura de Lula e que ele seria incapaz de "transferir" seus votos à sua candidata,

a Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, o PT demonstrou vigor eleitoral, elegeu amplas bancadas de deputados estaduais e federais e se manteve no poder. Embora a escolha da candidata não tenha passado previamente pelas instâncias partidárias, o que denotava uma fortíssima dependência do PT ao Governo, não haveria possibilidade da candidatura ser escolhida fora dos quadros do partido.

Na campanha eleitoral, ficou claro que a base social do projeto petista era suficiente para garantir sua presença no segundo turno. O adversário foi novamente José Serra (PSDB). Até o dia da votação havia a equivocada expectativa de que o PT seria vitorioso no primeiro turno. Mas isso não aconteceu.

No segundo turno, animado pela surpresa, José Serra liderou uma campanha de acusações pessoais e argumentos religiosos que não condiziam com sua biografia intelectual. Os ataques da imprensa já haviam derrubado a substituta de Dilma Rousseff[49] na Casa Civil. Houve, depois, a acusação de que o PT era defensor do aborto. A campanha parou porque uma ex-aluna de Monica Serra (esposa do candidato) denunciou que Monica havia feito um aborto a pedido de Serra! A *Folha de S. Paulo* tentou insistentemente ter acesso ao processo da candidata petista na justiça militar a fim de descobrir algum comportamento indevido ou acusação contra ela. Mas não obteve autorização. Os demais veículos de imprensa escrita

49. Ministra Erenice Guerra.

e falada usaram contra o PT uma rede de articulistas e comentaristas cuja carreira se consolidou durante os dois mandatos de Lula.

A candidata Dilma Rousseff, ex-guerrilheira e egressa das fileiras do PDT, mas membro do partido há vários anos na ocasião cumpriu seu papel histórico ao se tornar a primeira mulher presidente da República Federativa do Brasil.

O primeiro e mais importante aspecto da vitória de Dilma Rousseff à presidência do Brasil diz respeito à correlação de forças política na América Latina como um todo. Se o candidato da oposição tivesse vencido, a onda conservadora (assinalada pelo Golpe de Honduras, pela vitória da Direita no Chile e na Colômbia e pela tentativa de derrubada de Correa no Equador) seria confirmada no principal país da região.

Lula, por sua vez, foi o primeiro presidente desde 1989 a eleger um sucessor de sua confiança. Terminou seu governo com a popularidade recorde de 87% de aprovação à sua pessoa segundo pesquisa da CNT Sensus em dezembro de 2010.

Já ao findar seu governo Lula sentiu-se forte o suficiente para comparar o assim chamado mensalão ao caso da Escola Base, quando donos de uma escola em São Paulo foram acusados injustamente pela imprensa de abuso sexual de crianças[50]. Ele chegou a dizer que "estudaria" o tema. Usou este verbo: "estudar" com o fito de desmontar

50. *Folha de S. Paulo*, 23 de dezembro de 2012.

uma suposta farsa que teria sido montada contra o PT. Alguns meses depois um relatório da Polícia Federal afirmou que o mensalão existiu[51]. Mas foi logo considerado uma peça política pelo PT.

A nova presidente suscitou dúvidas. Aquela era a primeira eleição nacional sem Lula. O aspecto menos comentado é que Dilma Rousseff também representava a chegada da geração de ex-guerrilheiros ao poder. Vários membros do primeiro e segundo escalão dos dois Governos de Lula eram egressos da luta armada. Como vimos, esta foi uma das fontes constitutivas da história do PT.

Nos seus primeiros pronunciamentos, a presidente eleita Dilma Rousseff declarou-se preocupada com a guerra cambial no mundo e o risco de desindustrialização e falou explicitamente em tornar a taxa de juros interna mais ou menos compatível com a externa. Dessa forma, a indústria brasileira gozaria de um câmbio "civilizado". Mas em janeiro de 2011 ela anunciou um "pacote" de medidas para cortar os gastos públicos e teve que enfrentar sua primeira batalha no Congresso Nacional defendendo um salário mínimo menor do que queriam as centrais sindicais.

A recuperação do PT foi decorrência de três fatores:

1. A economia internacional teve uma crise cíclica curta no segundo mandato de Lula, mas a forma de inserção do Brasil no mercado mundial contava com dois fatores (interno e externo): a demanda chinesa de commodities e o mercado interno de massas. Ambos articulados.
2. A história do PT lhe granjeou apoio que o credenciou a receber os novos contingentes de eleitores mais pobres, sem que o partido perdesse respaldo de parte expressiva dos eleitores do sul e sudeste.
3. A bolsa família foi um programa de transferência de dinheiro a mães de família de baixa renda com filhos na escola. Mas ela associou-se à recuperação do salário mínimo, à extensão de luz elétrica a áreas desassistidas, habitação popular e outras medidas sociais que ajudavam a estimular a demanda interna.

51. *O Estado de S. Paulo*, 3 de abril de 2011.

A recuperação eleitoral não deixou de suscitar críticas de muitos analistas de esquerda. Para eles, ao manter fora da disputa política o Banco Central e a política econômica, como se fossem partes da natureza, a própria política teria se esvaziado de sentido. O Governo Lula deu autonomia operacional ao Banco Central, seguindo a expectativa dos investidores do mercado financeiro e de governos estrangeiros, assim o lulismo pode ser definido como a forma política em que se movimenta uma contraditória aliança de classes conquistada pelos valores da estabilidade social e monetária simultaneamente. A estabilidade social foi garantida pelo crescimento do emprego e da assistência social; a monetária pela combinação de juros altos e câmbio valorizado.

Esta aliança de classes (setor do agronegócio, rentistas, trabalhadores urbanos e rurais e os muito pobres) esteve baseada na acomodação de interesses dentro do vasto aparelho de Estado brasileiro e, portanto, dependeu da arrecadação e da arbitragem da disputa pelo orçamento público.

Questão Meridional

Por outro lado, o PSDB e outros partidos oposicionistas continuaram com muito respaldo nos amplos estratos médios da população situados na antiga região sul do Brasil (SP, PR, SC e RS) e no centro – oeste[52]. Especificamente em São Paulo (mas não só) produziu-se uma incapacidade congênita do PT renovar-se e permitir a emergência de novas lideranças. Não houve rotatividade nos cargos e candidaturas e quando as direções se tornaram rotativas (máximo de dois mandatos), os dirigentes passaram a se alternar em cargos públicos ou em instâncias diferentes (municipal, estadual e nacional). Todos os grandes escândalos de corrupção que abalaram a imagem do PT ocorreram em São Paulo. Por fim, este Estado foi liderado há muito tempo e de forma avassaladora pelo PSDB. Na

52. É o que o militante do PT Eduardo Bellandi chamou de "a nossa questão meridional", numa clara referência a Gramsci. Na Itália, a questão era a da região mais pobre. No Brasil, trata-se da região mais rica do país impor um obstáculo à plena hegemonia da esquerda.

verdade, as forças que saíram do antigo MDB governaram São Paulo desde 1982.

Aqueles escândalos conhecidos como "mensalão", "aloprados", "Francenildo"[53], "Erenice"[54] etc., foram todos divulgados e ampliados pela imprensa paulista e a eleição de 2010 mostrou um deslocamento preocupante de votos da "classe C" para o PSDB.

A primeira explicação para o insucesso petista em São Paulo foi a dos próprios culpados: os petistas paulistas o atribuíram ao conservadorismo inato de São Paulo e do Sul.

Mas não existe povo naturalmente conservador. No Estado de São Paulo Dilma Rousseff obteve 37,31% dos votos contra 40,66% do adversário no primeiro turno. Da diferença de cerca de catorze milhões e meio de votos que ela obteve sobre o segundo colocado, quase nove milhões foram votos paulistas. No segundo turno a vantagem de Dilma sobre Serra foi de cerca de doze milhões de votos. Em São Paulo ela obteve 10 462 447 milhões de votos contra 12 308 483 de José Serra. Nem precisamos lembrar que o PT já governou as mais importantes cidades paulistas, como Ribeirão Preto, Franca e Campinas (para não citar a capital e os municípios da Grande São Paulo).

53. Um caseiro que teve sua conta bancária investigada ilegalmente supostamente a pedido do Ministro Antonio Palocci.
54. Ex-assessora da então Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff. Erenice Guerra teria favorecido o filho em contratos com o Governo Federal.

Um desafio para o PT em São Paulo continuou sendo o de conquistar a maioria do eleitorado sem atacá-lo. Afinal, ao mais rico não se permite cultivar uma identidade local, posto que ela é conservadora e, por vezes, racista, separatista etc. Ora, para tais preconceitos há uma base econômica que o PT nunca compreendeu.

As políticas sociais do PT não interessaram a este gigantesco eleitorado do mundo corporativo e de classe média. Ele se viu como pagador dos impostos que sustentaram a "bolsa família" e pareceram ver no governo uma aliança entre pobres e banqueiros contra os estratos médios.

Diante disso, a esquerda do PT defendeu o cerceamento do grande capital com medidas tributárias e as centrais sindicais solicitaram a mudança das alíquotas do imposto de renda (diminuindo o peso sobre a classe média). A defesa do imposto sobre transações financeiras, bastante impopular, para financiamento da saúde já havia sido uma grave derrota do Governo Lula no Congresso. Mas o PT não propôs efetivamente o imposto sobre grandes fortunas. Dessa maneira, não conseguiu mostrar aos assalariados do setor privado de renda mais elevada que seus adversários eram os muito ricos e não os muito pobres e que uma carga tributária elevada deveria ser a base de um Estado Social Democrata de bem estar que serviria também aos estratos médios.

Na segunda fase (estatutária) do IV Congresso do PT, encerrada no dia 4 de setembro de 2011 em Brasília, o PT reservou uma cota de 20% para jovens até 29 anos nas suas

direções. O fato mais marcante, entretanto, foi que 57% dos 1.350 delegados presentes resolveram que, a partir de 2014, vereadores, deputados estaduais e federais só poderiam ter três mandatos consecutivos e os senadores, dois mandatos, embora nos dias seguintes alguns parlamentares já desrespeitassem publicamente a norma, afirmando que era só uma "orientação". O IV Congresso também aumentou a cota das mulheres na direção do partido de 30% para metade. A militância ou ao menos os delegados eleitos tinham alguma força. Pouco antes, em junho de 2011 houve a "Revolta de Sumaré": dez mil pessoas participaram na cidade de Sumaré (SP) das atividades preparatórias do I Encontro das Macrorregiões paulistas. A base revoltou-se contra a direção partidária de maneira surpreendente. Ela negou-se a aprovar uma aliança eleitoral defendida pelo presidente estadual do PT Edinho Silva e pelo secretário de organização João Antônio (um dos antigos "irmãos metralha").

Novos Recrutas

Sem editoras de monta, sem jornais, rádios ou simpatia de donos de TV, o PT precisou continuar com apoio forte nos meios sindical e popular. O PT não deixou espaço para nenhuma outra força social democrata e a única fatia do sindicalismo que uma força concorrente poderia buscar, seriam os herdeiros do sindicalismo de resultados (a Força Sindical e outras centrais sindicais menores). Mas parte delas aproximou-se do Governo quando este

emitiu sinais de reconhecê-las legalmente, dotá-las de recursos financeiros, além de dar-lhes um discurso político: o aumento real do salário mínimo.

O poder conjunto das centrais não era de se desprezar. Em 2010 a CUT tinha 1985 sindicatos e 22 milhões de associados, enquanto a Força Sindical tinha 1506 sindicatos e 16 milhões de trabalhadores na base. As demais centrais eram: UGT – União Geral dos Trabalhadores (886 sindicatos), NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores (836), CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil (486) e CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (369)[55]. A CTB (ligada ao PC do B) foi uma cisão na CUT. Mas todas elas convergiram em torno de algumas políticas e ficou para trás o tempo do novo sindicalismo.

Como partido de governo os quadros de alta direção do PT continuaram os mesmos. O perfil pode ter se alterado em termos etários e nos quadros intermediários, mas em outros aspectos alterou-se menos do que se imaginava. Seus parlamentares continuaram mostrando que eram de um partido de composição social diferente dos demais. Na legislatura federal de 1998 os sindicalistas eram 47% da bancada. Na eleição de 2002 somavam 10% da Câmara e dos 53 deputados nessa condição, 43 eram do PT e sete do PC do B (o PPS, PFL e PP tinham um sindicalista cada). Mas só 6% dos petistas eleitos eram diretores de sindicatos de trabalhadores manuais[56]. Na bancada federal petista só 9% dos deputados eram trabalhadores manuais. Por outro lado, se a câmara tinha 43,5% de empresários, o PT só tinha 3,4%. Aliás, 80,4% dos deputados petistas tinham baixo patrimônio[57].

55. *Isto É*, n. 2155, 16 de fevereiro de 2011, p. 40.

Tal quadro já se mostrava desde as origens do PT. Se a base operária era fortemente mobilizada, raramente os trabalhadores manuais chegavam a postos dirigentes, embora em percentagem muito maior do que qualquer partido brasileiro de esquerda ou de direita. Naturalmente, numa sociedade capitalista medianamente desenvolvida, a diferenciação produtiva não só gera a hipertrofia do setor de serviços como impossibilita a participação política cotidiana dos operários, preocupados com afazeres mais importantes (manutenção do emprego e sustento da família) e sem uma base educacional que permite fazer a disputa interna no partido.

É inegável que o partido direcionou suas alianças e práticas ao centro do espectro ideológico, que perdeu seu entusiasmo militante e se tornou um grupo de profissionais envelhecidos na carreira política. Se a organização cresce não é mais possível manter o improviso e a proxi-

56. Leôncio M. Rodrigues, "Análise da Composição Social dos Partidos", *História Viva*, São Paulo, s./d., p. 89.

57. Leôncio M. Rodrigues, "Partidos, Ideologia e Composição Social", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 48, fevereiro de 2002.

midade dos dias passados. 77,3% dos filiados do PT ingressaram depois de 2001.

No início do novo século, um velho frequentador dos diretórios do PT que, há muito afastado, resolvia visitar a sede nacional, deparava-se com um balcão onde devia se identificar e mostrar se tinha hora marcada com algum dirigente. Talvez pudesse se lembrar de uma famosa frase de um dissidente francês pouco conhecido chamado Guy Konopnicki: "Camaradas disfarçados de gente ilustre [...] ou trata-se de gente ilustre disfarçada de camaradas?"[58]. Mas por outro lado o PT nunca teve tanta influência eleitoral e na opinião pública.

A posição central de um PT amansado no debate político brasileiro fez com que o desencanto da juventude com ele fosse também uma descrença generalizada nos partidos como forma de organização.

A identidade e simbologia do PT ainda persistem e foram seguidamente invocadas pelos velhos dirigentes. No período em que a sombra da corrupção abateu-se sobre o partido muita gente resgatou a referência socialista.

O PT entardeceu sem perder aquela referência nominal. Mas *aquele* partido de militantes sem eira nem beira acabou. Como a estrela que o simboliza, a sua força eleitoral é apenas o brilho de uma realidade que já desapareceu.

58. *Apud* A. Przeworski, *Capitalismo e Social Democracia*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 27-28.

Conclusão

Se não houver frutos,
Valeu a beleza das flores;
Se não houver flores,
Valeu a sombra das folhas;
Se não houver folhas,
Valeu a intenção da semente.

HENFIL[1]

Quando alguns "capas pretas" petistas da própria esquerda do partido começaram a falar em Gramsci pela primeira vez, um desabusado militante de base de São Paulo disse: "Esta coisa vai dar em reformismo". Ele estava certo porque mais tarde, ele mesmo se rendeu à moderação e fez a sua carreira assim.

Para os socialistas e radicais que deveriam ser "enquadrados" pela maioria da Direção Nacional a indagação continuava sendo: *quem* governa? Qual o socialismo petista? Nos anos 1980, algum quadro partidário (não se sabe quem) repetiu uns versos de Antonio Machado que se tornaram um *leitmotiv* das (in)definições dos dirigentes petistas mais moderados: "Caminante, no hay camino, /

1. Citado por Eduardo Suplicy, *Folha de S. Paulo*, 18 de janeiro de 1988.